

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CÁTIA SOARES BONNEAU

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERECIDO À
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CANOAS-RS: análise de
um centro de atendimento**

**Porto Alegre
2012**

CÁTIA SOARES BONNEAU

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERECIDO À
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CANOAS-RS: análise de
um centro de atendimento**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Baptista

**Porto Alegre
2012**

A Deus pela vida.

À minha família pelos valores ensinados que constituem minha formação enquanto ser humano, pelo incentivo aos estudos e amor incondicional.

Aos meus alunos por motivarem esta luta pela Educação Inclusiva.

À Teresinha de Fátima da Silva Perpétua pela acolhida, pela colaboração e incansável atenção. Sem seu apoio a construção deste trabalho não seria possível.

Ao meu orientador, professor Claudio R. Baptista que esteve sempre presente.

À colega Daniela Diesel pela amizade construída ao longo do curso de especialização.

À minha prima Gabriela Silioni pela revisão deste trabalho.

À Aida Batista pelo constante diálogo durante a elaboração deste trabalho.

À Fabiana Racoski pelos laços de amizade que auxiliaram o desenvolvimento do estudo.

Aos amigos que, mesmo estando longe, incentivaram a realização deste estudo.

A todos que de alguma forma contribuíram nesta caminhada.

A função da arte/1

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.

Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:

— Me ajuda a olhar!

(Eduardo Galeano: O livro dos abraços)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo descrever e analisar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dirigida aos alunos matriculados na Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Canoas-RS, com ênfase no trabalho desenvolvido em um centro de atendimento municipal. Frente aos desafios e as necessidades de atendimento aos alunos público-alvo da educação especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 induz à necessidade de reflexão sobre os processos inclusivos e sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado. Para a análise foram utilizados como embasamento estudos que abordam a temática e a busca dirigida aos dispositivos normativos e orientadores para educação brasileira no campo da educação especial e da educação infantil. A metodologia utilizada tem como base a pesquisa qualitativa, recorrendo aos seguintes instrumentos: análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas com professores atuantes no AEE oferecido à Educação Infantil. No município de Canoas o Atendimento Educacional Especializado é oferecido em um centro municipal e nas Salas de Recursos Multifuncionais. As Salas de Recursos, em 2012, totalizam 33, sendo que, destas, 29 estão em funcionamento em Escolas Municipais de Ensino Fundamental e 4 estão em funcionamento em Escolas Municipais de Educação Infantil. Nessa rede de ensino, os alunos da Educação Infantil identificados como público-alvo da Educação Especial são 35, segundo dados coletados junto à Secretaria Municipal de Educação. O centro municipal atende 31% dos alunos matriculados na Educação Infantil, as 4 Salas de Recursos em funcionamento nas escolas de Educação Infantil atendem 37% dos alunos. Com base nos dados, pode-se dizer que cerca de 32% dos alunos com deficiência, matriculados na rede de Educação Infantil, ainda estão sem atendimento. Como resultado desta investigação evidencia-se a necessidade de maior articulação entre os departamentos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação junto ao Centro municipal e às Salas de Recursos Multifuncionais, necessitando assim ampliar o diálogo e a sincronia de trabalho, a fim de proporcionar o atendimento educacional especializado repensando as questões referentes à inclusão escolar na rede de Educação Infantil¹.

Palavras-chave: (1) Educação Especial; (2) Inclusão escolar; (3) Educação Infantil; (4) Atendimento Educacional Especializado.

¹ BONNEAU, Cátia Soares. O Atendimento Educacional Especializado oferecido à Educação Infantil no município de Canoas-RS: análise de um centro de atendimento. Porto Alegre. 2012. 38 folhas. Trabalho apresentado como pré requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

ABSTRACT

The present study aims to describe and analyze the offering of Specialized Educational Services (SES) addressed to students enrolled in Early Childhood Education of Municipal Education from Canoas-RS, with emphasis on the work developed in a municipal center. Due to the needs and challenges faced when attending students target of the special education, the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education of 2008 leads to the necessity of reflecting on inclusive processes and the provision of Specialized Educational Services. The analysis was based on studies that embrace this theme and on the research for normative and guidance mechanisms for Brazilian education in special education and early childhood education areas. The methodology adopted employs the qualitative research, using the following instruments: document analysis and semi-structured interviews with teachers working in SES offered to Early Childhood Education. In Canoas city, Specialized Educational Services are offered in a municipal center and in Multifunctional Resource Rooms. In 2012, there is a total of 33 Resource Rooms and 29 of these rooms are in operation in Municipal Elementary Schools and 4 are in operation in Municipal Schools of Early Childhood Education. In this education network, there are 35 students of Early Childhood Education identified as target audience of Special Education, according to data collected in the City Department of Education. The municipal center attends to 31% of students enrolled in Early Childhood Education, and the 4 Resources Rooms operating in schools of Early Childhood Education attend to 37% of the students. Based on this data, it is possible to conclude that about 32% of handicapped students registered in Early Childhood Education network are still missing special assistance. As a result of this investigation, it is highlighted the need of a greater articulation among the departments within the City Department of Education along with the Municipal Center and Multifunctional Resource Rooms, proving that is necessary to expand the dialogue and the synchrony of work in order to provide specialized educational services, reconsidering issues related to school inclusion in Early Childhood Education network².

Keywords: (1) Special Education; (2) School Inclusion; (3) Early Childhood Education; (4) Specialized Educational Service.

² BONNEAU, Cátia Soares. O Atendimento Educacional Especializado oferecido à Educação Infantil no município de Canoas-Rs: análise de um centro de atendimento. Porto Alegre. 2012. 38 folhas. Trabalho apresentado como pré requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Escolas Municipais com Sala de Recursos Multifuncional – Canoas - RS	22
Quadro 2 -	Professores que desenvolvem o AEE no CEIA.....	26
Quadro 3 -	Outros profissionais que atuam junto ao CEIA.....	27
Quadro 4 -	Alunos da Rede de Educação Infantil atendidos no CEIA.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado.....	12
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.....	18
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.....	19
EAD	Ensino a Distância	13
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.....	15
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental.....	21
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil.....	21
ESACA	Espaço Solidário de Atenção à Criança e ao Adolescente.....	23
IBC	Instituto Brasileiro de Cegos.....	18
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos.....	18
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	13
MEC	Ministério da Educação.....	12
PMC	Prefeitura Municipal de Canoas.....	12
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.....	19
SEESP	Secretaria de Educação Especial.....	15
SME	Secretaria Municipal de Educação.....	23
SRM	Sala de Recurso Multifuncional.....	12
UFC	Universidade Federal do Ceará.....	12
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	12

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PENSANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE ESCOLARIZAÇÃO	11
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUNS MARCOS IMPORTANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	15
2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2008).....	16
2.2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	17
3 PASSOS METODOLÓGICOS: OS CAMINHOS POR ONDE ANDEI	19
4 CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA	20
4.1 A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM CANOAS	21
4.2 APRESENTANDO O CAMPO DE PESQUISA:.....	22
CEIA - Centro de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade	22
4.3 CAMINHOS A PERCORRER: Como os alunos chegam até o CEIA?	24
4.4 A BUSCA PELA COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO OFERECIDO AOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	28
4.5 A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS ATENDIDOS NO CEIA	30
4.6 ALUNOS DA REDE MUNICIPAL MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDIDOS NO CEIA	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	38

INTRODUÇÃO

A presente monografia integra as atividades atinentes ao curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ao iniciar a apresentação, destaco a importância da escolha do tema, como uma necessidade de ampliação de conhecimento acerca de aspectos ainda pouco explorados.

A escolha por este tema de pesquisa surge do desafio a partir da minha prática docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sou professora em uma escola municipal de Educação Infantil, no município de Canoas, onde atuo como professora na Sala de Recursos Multifuncional (SRM).

Minha formação inicial foi no curso de magistério, complementando-a com a faculdade de Pedagogia na UFRGS. No ano de 2010, após o convite para trabalhar em uma Sala de Recursos na minha escola de atuação, iniciei o curso de Especialização no Atendimento Educacional Especializado, oferecido pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Ensino a Distância (EAD), viabilizado pela Prefeitura Municipal de Canoas (PMC), em parceria com o programa de formação continuada oferecido pelo Ministério da Educação (MEC). No ano seguinte, iniciei o Curso de Pós Graduação *Latu Senso* da Faculdade de Educação da UFRGS “Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos”, o qual me traz o desafio de realizar o presente trabalho.

A partir da minha prática docente junto às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, tendo a oportunidade de trabalhar com crianças com deficiência, antes mesmo de iniciar o trabalho na Sala de Recursos, e a partir da atuação no Atendimento Educacional Especializado junto a Educação Infantil, evidencia-se a importância da ampliação e qualificação da oferta deste atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial atendidos pela Educação Infantil.

A Educação Infantil está reconhecida como direito social da criança desde a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), e ainda se faz necessário um olhar atento às crianças atendidas nesta primeira etapa da escolarização, bem como aos serviços especializados oferecidos. A escola infantil é um dos primeiros locais de convivência social e oportunizar a criança com deficiência o convívio e o estímulo que este meio pode lhe proporcionar é um grande desafio que se lança à escola comum e ao Atendimento Educacional Especializado em si.

Benincasa (2011, p.114) destaca em sua análise sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado através dos serviços oferecidos pela Estimulação Precoce (EP) e Psicopedagogia Inicial (PI), no município de Porto Alegre, que estes “possuem o princípio de um trabalho preventivo”. Neste sentido, entende-se como sendo necessário analisar a oferta destes serviços especializados oferecidos às crianças da Educação Infantil, campo este ainda pouco explorado. Pensar na “prevenção primária”, como menciona Benincasa (2011, p. 115), refere-se a oportunizar o convívio social fortalecendo as experiências vivenciadas desde a tenra idade, estabelecendo vínculos sociais e afetivos e estimulando novos aprendizados.

Para a análise e compreensão do tema foram utilizados como embasamento estudos que abordam a temática e a busca dirigida aos dispositivos normativos e orientadores para a educação brasileira no campo da educação especial e da educação infantil.

Autores como Miranda (2003), Abramowicz (2003), Fonseca (2011), Benincasa (2011), Jesus e Alves (2011), me auxiliaram a refletir durante a composição do presente trabalho, que tem como objetivo descrever e analisar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido em um centro municipal, dirigido aos alunos matriculados na Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Canoas-RS.

1 PENSANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE ESCOLARIZAÇÃO

Escolher esta etapa da educação básica para delinear a pesquisa exigiu reflexão sobre o processo histórico que constitui a Educação Infantil como espaço de escolarização. Para esta compreensão foram elencados alguns marcos legais, importantes para fundamentar o direito à educação das crianças pequenas que compõem a Educação Infantil.

A Educação Infantil passa a ser direito social da criança e dever do Estado, a partir da Constituição Federal de 1988.

O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação (BRASIL, 2009 apud MEC, SEB, 2010, p. 7).

A Constituição garante a educação como direito de todos, em seu capítulo III, onde trata da educação, da cultura e do desporto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O artigo nº 206 vem complementar o anterior, embasando o ensino no princípio da igualdade para o acesso e permanência na escola.

A seguir o artigo nº 208, traz o dever do Estado para com a Educação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade³ (BRASIL, 1988).

No artigo citado, destaco no inciso I, a ampliação da obrigatoriedade e gratuidade da educação básica, dos quatro aos dezessete anos, segundo a Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009.

³ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

Fonseca (2011) reconhece o movimento em favor da Educação Infantil no Brasil. Segundo o autor, “Valeu o esforço, pois a Constituição atual reconhece como dever do Estado o atendimento em creches e pré-escolas”.

Outra legislação pertinente à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O artigo, nº 53, traz o direito da criança e do adolescente à educação (...) “visando ao pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1990). A seguir, o artigo nº 54 reforça o dever do Estado em relação à escolarização das crianças de zero a seis anos.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Dessa legislação destaque:

Art. 4. O dever do Estado com educação escolar pública, ser efetivado mediante a garantia de:
IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
X⁴ – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança, a partir do dia em que completar quatro anos de idade.

A LDBEN (1996), no artigo nº 11, traz a incumbência dos municípios para oferta da educação infantil em creches e pré-escolas. O artigo nº 21, faz referência à composição da educação escolar em: “educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” e “educação superior”.

Ainda no que se refere à LDBEN (1996), cabe ressaltar a conquista da Educação Infantil nesta Lei, através do reconhecimento, como a primeira etapa da educação básica. O artigo nº 29 traz “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade [...]”.

Abramowicz (2003) destaca no que se refere ao direito das crianças à educação infantil, que a criança pequena passou a ter um espaço próprio de

⁴ Inciso acrescido pela lei nº 11.700, de 13-06-2008, conforme LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 5. ed. Brasília 2010.
http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf

educação para o exercício da infância. Complemento a ideia da autora, trazendo uma das finalidades da Educação Infantil, o desenvolvimento pleno da criança, no que se refere aos aspectos físicos, psicossociais, cognitivos e afetivos.

Nesta construção dos direitos da criança pequena a um espaço escolar, a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, do Ministério da Educação-Secretaria da Educação Básica - MEC/SEB (2010), fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil (BRASIL, 2009 apud MEC/SEB, 2010, p. 11).

Nestas diretrizes foram adotadas algumas definições. Ressalto a definição de Educação Infantil:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade, no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009 apud MEC/SEB, 2010. 12).

Com essa definição reafirmam-se a Educação Infantil, o seu papel educativo exercido em instituições educacionais públicas ou privadas, que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade.

Elencar marcos legais é fazer um retrospecto sobre a construção da Educação Infantil no Brasil, como direito da criança, bem como, refletir a partir desta garantia de escolarização, a constituição deste espaço e seus fazeres educativos, fundamentais para seu pleno desenvolvimento infantil.

No que se refere à articulação entre Educação Infantil e Educação Especial, o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - MEC/SEESP - (2008), faz a seguinte consideração:

O acesso à Educação tem início na Educação Infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e

socialis e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (MEC/SEESP, 2008, p. 10).

Este documento norteador reforça a importância da Educação Infantil e todas as responsabilidades e possibilidades que temos como profissionais da educação, atuantes nesta primeira etapa da educação básica. Neste sentido, escolhi como campo de pesquisa um espaço de oferta do Atendimento Educacional Especializado à Educação Infantil no Município de Canoas.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: alguns marcos importantes da Educação Especial

Falar sobre Educação Especial, hoje, exige reflexão sobre a caminhada histórica que se constituiu ao longo do tempo. Entendo que não se pode pensar em Educação Especial, sem pensar em Educação em si, no processo que se construiu historicamente, no Brasil no mundo. Para tanto, escolho alguns marcos históricos e legais que me auxiliam a pensar este processo.

Em Miranda (2003), encontramos referência para fazer um breve e importante retrospecto da Educação Especial. Nos séculos XVIII e XIX, começa a institucionalização das pessoas com deficiência, sendo predominante a educação em residências. No final do século XIX e no início do século XX, podemos falar das classes especiais que surgiram nas escolas públicas, uma educação para deficientes segregada. Uma grande mudança surge em meados da década de 70, quando a intenção era a de integrar os deficientes nos ambientes escolares mais próximos dos ofertados às pessoas “consideradas normais”.

Nesta caminhada histórica é importante ressaltar, dois marcos da Educação Especial no Brasil, o Instituto de Cegos, hoje IBC⁵, e o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje INES⁶. Além desses dois institutos que foram, sem dúvida, muito importantes na caminhada da Educação Especial, podemos ainda citar a criação do Instituto Pestalozzi em 1926, voltado à deficiência mental, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em 1954. A partir da criação dessas instituições, algumas pessoas com deficiências passam a ter um local de atendimento. Estes espaços não públicos, por muito tempo, passaram a ser referidos como responsáveis pela oferta da educação especial no Brasil.

Em 1988, a Constituição Federal traz em seu artigo 5º, direito de igualdade perante a lei, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Ainda em seu artigo 205º, traz a “Educação como direito de todos e dever do Estado e da Família”, grifo meu, e em seu artigo 206º, fala sobre os princípios que embasaram o ensino, dentre eles, “Igualdade de condições para o acesso e

⁵ IBC – Instituto Brasileiro de Cegos, criado no Rio de Janeiro em 1854.

⁶ INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, criado no Rio de Janeiro em 1857.

permanência na escola”, partindo destes princípios ou a partir desta legislação vigente, outros documentos foram formalizados legalmente e muitos progressos aconteceram em relação a questões educacionais e na Educação Especial. Vale ressaltar que na década de 1990, “[...] documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva” (MEC/SEESP - 2008, p.3).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no capítulo V, faz considerações sobre a educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos, portadores de necessidades especiais.

A LDBEN (1996), além de considerar a educação especial como uma modalidade de ensino, oferecida preferencialmente, na rede regular, dispõe sobre a oferta: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil”. Esta legislação vem contemplar a Educação Especial como modalidade de ensino, garantindo aos alunos, público-alvo, o direito à escolarização na rede regular de ensino.

A Resolução nº 02 - CNE/CEB, 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Esta legislação serviu de base para a ampliação dos dispositivos orientadores e legais, atualmente vigentes no que se refere à Educação Especial. Entende-se que muitos de seus artigos foram revistos e ampliados no documento da Política Nacional da Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva.

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2008)

O documento da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva faz um retrospecto histórico, aponta artigos da Resolução nº 2/2001 - CNE/CEB e torna-se o documento norteador para a construção do Decreto nº 6.571/2008, que define o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para oferta e garantia de atendimento educacional especializado,

complementar à escolarização, e traz a Resolução nº 04/2009 CNE/CEB, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade educação especial. Este documento orientador traz diretrizes, define o público-alvo da Educação Especial, faz referência ao Atendimento Educacional Especializado, no que se refere a sua função complementar à formação dos alunos.

2.2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado está garantido como direito às pessoas com deficiências desde a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208º, o Estatuto da Criança e do Adolescente, (1990), o reafirma em seu artigo 54º. Estas legislações garantem a oferta do Atendimento Educacional Especializado, como dever do Estado, a ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (1996), vem reforçá-lo no âmbito educacional, mas, é com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 e com a Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009, que são instituídas diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Em 2011, o Decreto nº 6.571/2008 é revogado pelo Decreto nº 7.611/2011⁷, que discorre sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.

O Ministério da Educação, por meio da Resolução nº 04/2009 - CNE/CEB define entre outros aspectos, a função do Atendimento Educacional Especializado, o público-alvo deste atendimento e as atribuições do professor que atuará nesta sala. Veremos a seguir alguns artigos desta Resolução:

Art. 2º - O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 4º - Para fins destas Diretrizes considera-se público-alvo do AEE:

⁷ Este decreto integra a totalidade do teor argumentativo e legislativo expresso no documento nº 6.571/2008 acrescentando a possibilidade da destinação de recursos para alunos que estão em instituições especializadas em casos de alunos que estão fora da idade de escolarização, de acordo com a Nota Técnica nº 62 de 2011 MEC-SECADI-DPEE de 08 de Dezembro de 2011 que dispõe sobre Orientações aos Sistemas de Ensino sobre o Decreto nº7.611/2011.

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses) e Transtornos Invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Art. 5º - O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado, da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009a, p.1-2).

Alguns aspectos merecem ser reforçados, tais como: a função do AEE, que é a de complementar a escolarização do aluno e não substituir o ensino oferecido na classe regular. Esta complementação implica a criação de estratégias e recursos de acessibilidade, além do uso de tecnologia assistiva, quando for o caso, para que auxiliem o aluno no processo de inclusão e aprendizagem, eliminando barreiras que impeçam sua participação efetiva na sociedade.

O desenvolvimento da autonomia do aluno é um dos aspectos essenciais do trabalho do professor de AEE. A autonomia precisa ser incentivada e, muitas vezes, adquirida pela pessoa com deficiência. Suas capacidades devem ser valorizadas e outras tantas necessitam ser descobertas e desenvolvidas.

Conforme referido, o artigo 5º da Res. 04/2009 - CNE/CEB nos traz que o AEE pode ser oferecido também em um Centro de Atendimento Educacional Especializado, da rede pública ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. A partir desta possibilidade de oferta do AEE, delimitou-se o campo da pesquisa do presente trabalho, com um recorte aos fazeres à Educação Infantil.

3 PASSOS METODOLÓGICOS: os caminhos por onde andei

O presente estudo tem como objetivo descrever e analisar a oferta do Atendimento Educacional Especializado dirigido aos alunos matriculados na Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Canoas-RS, com ênfase no trabalho desenvolvido em um centro de atendimento municipal .

A metodologia utilizada tem como base a pesquisa qualitativa. Ao longo do estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos: coleta e sistematização de dados, análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas com professores atuantes no Atendimento Educacional Especializado oferecido à Educação Infantil.

No que se refere à coleta de informações, utilizando entrevista semi-estruturada na pesquisa qualitativa, Triviños (2001, p.85) destaca “[...] com um conjunto básico de perguntas que aponta fundamentalmente para a medula que preocupa o investigador, é uma das ferramentas que utiliza a pesquisa qualitativa para alcançar seus objetivos”.

Algumas questões iniciais nortearam a investigação sobre a oferta de atendimento neste Centro municipal, minhas inquietações eram referentes aos sujeitos público-alvo da educação especial, matriculados na rede municipal de Educação Infantil: Quem são os sujeitos da Educação Infantil atendidos no CEIA? Todos são público-alvo da Educação Especial? As crianças possuem diagnóstico? Como os alunos da Educação Infantil são encaminhados ao CEIA? Como acontece o intercâmbio entre os professores de sala comum e os profissionais que atuam no AEE junto ao CEIA? Ao longo do percurso desta pesquisa, algumas questões foram respondidas e outras formuladas. Segundo Triviños (2001, p.84), “Na pesquisa qualitativa, as hipóteses se vão elaborando passo a passo”.

A partir destas questões e com base nos dados coletados, escrita, (re) leitura dos registros produzidos e da sistematização das entrevistas, realizou-se a análise destes materiais, os quais fundamentaram a caracterização do presente estudo.

4 CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA

A cidade de Canoas emancipou-se do município de Gravataí no ano de 1939. Segundo dados do Instituto Canoas XXI (CANOAS, 2011), o Decreto nº 7.839 de 27 de Julho de 1939, elevou Canoas à categoria de município. A origem do nome deste município deu-se pela confecção de canoas, no início de seu povoamento.

Canoas está entre os municípios mais populosos da Região Metropolitana de Porto Alegre. Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)⁸, a cidade possui cerca de 317.495 habitantes, o segundo maior PIB⁹ e a quarta maior população do estado.

A rede municipal de ensino é composta por 32 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e 42 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), sendo uma destas, Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos¹⁰. As escolas estão distribuídas nas quatro regiões: Sudeste, Sudoeste, Nordeste e Noroeste do Município de Canoas - RS, denominadas quadrantes¹¹. Os alunos matriculados na rede municipal somam cerca de 30.000.

Neste contexto o presente estudo faz a análise da oferta do Atendimento Educacional Especializado oferecido aos alunos público-alvo da educação especial matriculados na Educação Infantil, com ênfase no trabalho desenvolvido em um Centro de atendimento municipal.

Vejamos a seguir descrição da oferta do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais no município de Canoas-RS.

⁸ http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43

⁹ PIB – Produto Interno Bruto.

¹⁰ Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Vitória

¹¹ Segundo ACOSTA (2011, p. 21), “a atual administração municipal dividiu a cidade em quatro regiões, denominadas de quadrante Sudeste, Sudoeste, Nordeste e Noroeste, enquanto modelo de gestão do Município, inclusive sob o aspecto educacional”.

4.1 A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM CANOAS

O Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do Ministério da Educação (MEC), viabilizado através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI), disponibiliza mobiliários, equipamentos de informática e materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às escolas públicas de ensino regular.

No município de Canoas, a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais começou no ano de 2009, com o início do funcionamento ao longo do ano de 2010. Atualmente o Atendimento Educacional Especializado é oferecido em 33 SRM, localizadas em escolas do município, distribuídas nos 4 quadrantes da cidade: Sudeste, Sudoeste, Nordeste e Noroeste. Além das Salas de Recursos o Atendimento Educacional Especializado também é oferecido em um Centro municipal.

33 ESCOLAS COM SALA DE RECURSOS	29 SRM NO ENSINO FUNDAMENTAL	04 SRM NA EDUCAÇÃO INFANTIL
01 CENTRO DE ATENDIMENTO MUNICIPAL		

Quadro 1 - Escolas Municipais com Sala de Recurso Multifuncional – Canoas - RS
Fonte: Dados obtidos pela acadêmica através da pesquisa realizada.

O quadro acima evidencia a implantação das Salas de Recursos no município e a oferta do Atendimento Educacional Especializado. Com base nos dados podemos observar que a mesma ampliação que ocorreu no Ensino Fundamental, não se verifica na Educação Infantil. Observa-se que em três anos de implementação efetiva deste projeto (SRM), somente 4 escolas de Educação Infantil da rede municipal oferecem Atendimento Educacional Especializado aos alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Além das SRM, o Centro municipal também atende alunos matriculados na rede de ensino.

4.2 APRESENTANDO O CAMPO DE PESQUISA:

CEIA - Centro de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade

A delimitação de um espaço específico para a realização da pesquisa, neste momento, surge da necessidade de refletir sobre a implementação e a ampliação de espaços dos fazeres do Atendimento Educacional Especializado à Educação Infantil. Neste sentido, identifiquei para análise um Centro de AEE localizado no Município de Canoas. Para apresentar esse espaço destacarei alguns aspectos caracterizadores de seu surgimento e de sua história.

No ano de 2003, surgiu o Projeto chamado Espaço Solidário de Atenção à Criança e ao Adolescente - ESACA, onde eram atendidos alunos com dificuldades de aprendizagem, deficiências físicas e sensoriais matriculados na rede municipal em Canoas. As práticas deste projeto foram desenvolvidas inicialmente em espaços pertencentes a duas Escolas da Rede Municipal de Canoas, primeiramente na Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Vitória, em seguida na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Palma da Silva. No ano de 2005, o ESACA passou a funcionar no prédio da antiga Escola Municipal de Ensino Fundamental Rio de Janeiro, onde mudou sua nomenclatura para Centro de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade-CEIA.

Este Centro foi instituído juridicamente pelo Decreto nº 1234 em 14 de Dezembro de 2009, o qual cria o Centro de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade (CEIA), vinculado à Unidade de Inclusão (UNI) da Diretoria de Educação Continuada e Diversidade (DECD) da Secretaria Municipal da Educação (SME). No que se refere às suas metas: “O CEIA tem como objetivo proporcionar um atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente os matriculados na rede pública municipal de ensino”. (CANOAS, 2009b, p.01)

Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o CEIA traz como objetivo:

Propiciar Atendimento Educacional Especializado aos alunos de inclusão das escolas da Rede Municipal de ensino, assessorando e instrumentalizando professores e familiares para que possam acompanhar e auxiliar no desenvolvimento das potencialidades destes alunos contribuindo na sua inclusão em espaços sociais, culturais, educacionais e laborativos. (Projeto Político Pedagógico – CEIA).

Este Projeto Político Pedagógico, construído no diálogo entre o CEIA e a comunidade escolar, traz algumas considerações sobre a educação:

Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e garantia do acesso e permanência do aluno na escola. Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. (Projeto Político Pedagógico - CEIA).

A partir da leitura e análise do documento PPP, entende-se que o CEIA prioriza o lugar do aluno com deficiência na escola comum, e que os fazeres pedagógicos do CEIA, como um Centro de AEE, estão em consonância com o documento norteador da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Além deste documento norteador, o PPP embasa-se no Decreto nº 6949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/ONU, no Decreto nº6571/2008, que dispõe sobre o apoio da União e a política de financiamento do atendimento educacional especializado – AEE e na Resolução nº 4/2009 CNE/CEB, que institui Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

No Projeto Político Pedagógico do CEIA, uma das atribuições enquanto Centro de Atendimento Educacional Especializado que destaco, refere-se a articulação pedagógica do Centro para com os professores da escola regular. O centro busca “Efetivar a articulação pedagógica entre os professores do Centro de AEE e os profissionais do espaço escolar, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos”. Em relação a assessoria, destaco a necessidade de oferta de formação aos professores da rede regular de ensino, objetivo do centro citado no PPP, “Colaborar com a rede pública de ensino na formação continuada de professores que atuam nas classes comuns, nas salas de recursos multifuncionais e outros centros de AEE”. (Projeto Político Pedagógico - CEIA).

Jesus e Alves (2011) nos trazem reflexões orientadas pela Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 que elucidam algumas questões referidas no PPP deste Centro de AEE:

Um desafio aqui se coloca. [...] implica também a necessidade de elaboração de políticas de Educação que contribuam para que os profissionais ressignifiquem concepções e construam essas práticas. Na nossa compreensão, essa demanda deve estar vinculada à gestão dos sistemas de ensino, considerando que a atual orientação que sustenta a Política Nacional de Educação Especial pressupõe a inclusão escolar como mola propulsora

para o campo de conhecimento da Educação Especial, ou seja, a Educação Especial não pode ser substitutiva da escolarização na escola comum, e sim um apoio à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola comum. (JESUS e ALVES, 2011, p. 22).

Além do PPP, no ano de 2011, o grupo de profissionais atuantes no CEIA, juntamente com sua coordenação pedagógica, construiu o regimento interno. Este documento encontra-se em fase de aprovação pelo Conselho Municipal de Educação.

Buscando compreender o funcionamento deste Centro de AEE descreverei como os alunos matriculados na rede municipal são encaminhados para esse espaço. E, em seguida, destaco os atendimentos oferecidos, bem como os profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado.

4.3 CAMINHOS A PERCORRER: Como os alunos chegam até o CEIA?

Atualmente os alunos das escolas municipais são encaminhados ao CEIA através de um formulário preenchido pelo setor de orientação educacional da escola. Nas escolas municipais de Educação Infantil, o encaminhamento ocorre por intermédio da diretora, uma vez que não se tem orientação escolar nas EMEIs. Mediante a observação dos alunos no ambiente escolar, considerando as dificuldades apresentadas, este formulário de encaminhamento é respondido pela professora de sala de aula comum. A orientadora entra em contato telefônico com o CEIA e agenda a entrega dos encaminhamentos. Na entrega há o diálogo com o profissional que os recebe e a verificação das solicitações dirigidas às áreas de atendimentos oferecidas no CEIA. Em seguida, a ficha de encaminhamento, é repassada aos profissionais correspondentes, os quais agendam uma entrevista com a família para que seja realizada uma anamnese, a observação da criança e a organizado o horário de atendimento. Esta observação citada é realizada no mesmo dia em que a família e a criança vão até o CEIA, porém realiza-se em outro ambiente em que o familiar não esteja presente, e, dependendo do caso, é realizada por mais de um profissional, por exemplo, um pedagogo, psicopedagogo e um educador físico. A anamnese e a observação são organizadas a partir dos dados enviados na ficha de encaminhamento da escola regular de origem do aluno.

Quais os atendimentos são oferecidos aos alunos público-alvo da educação especial?

O CEIA é constituído por uma equipe multidisciplinar, composta por professores da rede municipal com formação em nível de graduação e/ou pós - graduação. Estes profissionais contemplam as seguintes áreas: Pedagogia, Psicopedagogia, Licenciaturas, Psicomotricidade, Letramento, Psicologia, Fonoaudiologia, Assistência Social.

A organização dos atendimentos é pensada a partir das descrições enviadas nos formulários pelas escolas, além das observações que o profissional faz em relação ao aluno e do diálogo juntamente com a família durante a entrevista. A entrevista é realizada em duas etapas, em um primeiro momento individualmente, profissional e familiar, e no segundo momento com a presença do aluno.

Os atendimentos são individuais, em dupla ou em pequenos grupos, considerando-se a necessidade de cada aluno e, em alguns casos, observando-se a faixa etária. Estes são realizados semanalmente, organizados em um período de uma hora, no contra turno da escola regular.

No desenvolvimento do trabalho, quando há verificação da necessidade de atendimento clínico, a equipe do CEIA solicita a família que faça o encaminhamento à área da saúde.

Conforme referido anteriormente, este Centro de AEE, ligado a Unidade de Inclusão e a Secretaria Municipal de Educação, busca a interlocução com os profissionais da área da saúde que também trabalham com os alunos público-alvo da educação especial, visando maior compreensão sobre o desenvolvimento destes sujeitos.

Quem são os profissionais que realizam o atendimento especializado no CEIA?

Tabela dos profissionais atuantes junto ao Centro de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade-CEIA.

PROFISSIONAIS ATUANTES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO			
ATENDIMENTOS DO CEIA OFERECIDOS ÀS EMEIS	MANHÃ	TARDE	NOITE
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA (01 PEDAGOGA)	X	X	X (VESPERTINO 2 VEZES NA SEMANA)
PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM ÊNFASE EM ATIVIDADES ASSOCIADAS À ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO. (02 PROFISSIONAIS)	X	X	X (VESPERTINO 2 VEZES NA SEMANA)
PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM ÊNFASE EM ATIVIDADES NA ÁREA DA SURDEZ (01 PROFISSIONAL)	X	X	
PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM ÊNFASE EM ATIVIDADES PSICOMOTORAS (03 PROFISSIONAIS)	X	X	X (01 PROFISSIONAL VESPERTINO 2 VEZES NA SEMANA)
PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM ÊNFASE EM ATIVIDADES ASSOCIADAS A ARTES (01 PROFISSIONAL)	X	X	-
PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM ÊNFASE EM ATIVIDADES PSICOPEDAGÓGICAS (02 PROFISSIONAIS)	X	X	X (VESPERTINO ETINERANCIA)
TOTAL: 10			

Quadro 2 - Professores que desenvolvem o AEE no CEIA

Fonte: Dados obtidos pela acadêmica através da pesquisa realizada.

Após explanação deste quadro, acredito que seja importante ressaltar que no Projeto Político Pedagógico do CEIA, bem como no documento do regimento aparece a palavra Psicopedagogia, porém, considero ao observar o trabalho desenvolvido que este possa ser identificado como Atendimento Educacional Especializado porque estes profissionais possuem formação em pedagogia, especialização em Psicopedagogia e formação na área da educação especial, além de oferecerem no

atendimento um trabalho que não é corretivo, individualizado, clínico psicopedagógico, mas um trabalho pedagógico de cunho educacional, característico da educação especial, discutindo e potencializando as aprendizagens com pequenos grupos, com alternativas de novas descobertas.

No que se refere à formação dos profissionais atuantes no AEE, mediante os dados coletados junto a coordenação pedagógica do CEIA, dos 10 professores citados, 6 possuem graduação em Pedagogia, 3 possuem graduação em Educação Física e 1 em Artes visuais. Destes professores atuantes, 2 possuem especialização em Alfabetização, 2 em Psicopedagogia, 3 em Psicomotricidade, 1 em Educação Especial/Surdez e 1 no Atendimento Educacional Especializado. Atualmente, 4 dos 10 professores estão cursando a especialização relativa à formação para o Atendimento Educacional Especializado. Todos os profissionais atuantes no CEIA possuem formação continuada e cursos de extensão na área da educação especial.

Além dos profissionais citados acima, o CEIA oferece outros atendimentos. São eles: Fonoaudiologia e Psicologia. Mesmo estes serviços sendo reconhecidos como de cunho terapêutico, no CEIA busca-se assegurar que essas ações ocorram em consonância com as demais iniciativas e tenham uma dinâmica que valorize as trajetórias educativas de cada aluno.

DEMAIS PROFISSIONAIS ATUANTES NO CEIA			
PSICOLOGIA (01 PROFISSIONAL)	X	X	-
FONOAUDIOLOGIA (02 PROFISSIONAIS)	X	X	X (VESPertino 2 VEZES NA SEMANA)
ATENDIMENTO AOS PAIS (01 PROFISSIONAL)	X	X	-
TOTAL: 04			

Quadro 3 - Outros profissionais que atuam junto ao CEIA

Fonte: Dados obtidos pela acadêmica através da pesquisa realizada.

4.4 A BUSCA PELA COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO OFERECIDO AOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na busca do conhecimento dos objetivos do trabalho desenvolvido no atendimento junto aos alunos público-alvo da educação especial foram realizadas observações e entrevistas semi-estruturadas. A seguir procuro evidenciar esta articulação na prática docente, mediante relatos dos professores entrevistados.

A professora que atua na área da surdez relata:

“O ensino Libras torna-se essencial para a criança desde bem cedo, pois este será seu principal meio de comunicação. O Objetivo nesta etapa é fazê-la sentir-se segura no uso da Língua Brasileira de Sinais, conhecendo-a e a utilizando em seu convívio social. Fazendo com que seus olhos tornem-se seus ouvidos. Partindo do princípio de que quanto mais contato com livros, gravuras, material concreto ele tiver, mais interesse e autonomia existirá”. (ELISA)¹².

Na fala da professora Elisa evidencia-se o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como sendo língua inicialmente valorizada na educação das pessoas com surdez, além de citar a importância deste conhecimento e o uso no convívio social. Cabe salientar o investimento no que se refere à questão da autonomia, citado pela professora. Este talvez seja nosso maior desafio, trabalhar as questões de conhecimento para o desenvolvimento integral com vista à aquisição de maior autonomia por parte do aluno.

Solicitei um exemplo de atividade à professora Elisa:

Atividade: Ensino de números.

“Há uma infinidade de maneiras para trabalhar números. Porém é essencial levar em conta a realidade da criança e investigar seu nível de conhecimento e contato com objetos.

Por exemplo, suponhamos que na minha investigação inicial eu perceba que o aluno goste de bola. Joga-se com ele. Depois, utilizando mais de uma bola, inicia-se uma contagem (simples 1,2,3...), utilizando libras”.(ELISA)

¹² No relato das entrevistas realizadas com as professoras atuantes no AEE foram utilizados nomes fictícios.

Nesta fala observa-se que a professora considera o conhecimento prévio do aluno e procura trabalhar a partir desta perspectiva, levando em conta também a realidade da criança, o que se torna imprescindível para que se consigam avanços em relação à construção de vínculo, bem como nas questões de aprendizagem.

Outra professora que participou da entrevista trabalha com a psicomotricidade, ao falar do atendimento ela relata:

“No atendimento, em primeiro lugar é realizada a observação. Verifica-se como os alunos respondem aos objetos ofertados, bem como ao grupo, com foco nas suas ações motoras e relacionais. Após as observações, identificadas as necessidades do aluno. Algumas intervenções começam a serem propostas pelo facilitador (professor), inicia-se o trabalho” (DENISE).

Em relação à estruturação da rotina são pontuados aspectos referentes ao atendimento, mas também relacionados à realização organização nas atividades de vida diária.

“Um dos objetivos da psicomotricidade refere-se à rotina. Objetiva-se que o aluno habitue-se a rotina das atividades propostas durante o atendimento, uma vez que a criança precisa desta organização na escola e na realização das atividades da vida diária” (DENISE).

Complementando a importância de uma rotina estruturada para que o aluno possa organizar-se interna e externamente, a professora Denise traz a questão da autonomia.

Outro objetivo, citado pela professora Denise, refere-se à questão da autonomia: *“nos primeiros encontros são realizadas as combinações entre os alunos e/ou grupo de alunos atendidos. Nestas combinações são discutidos os limites e possibilidades dos materiais a serem utilizados e do ambiente a ser explorado, bem como regras de convivência no grupo. Trabalha-se para que o aluno possa ser autônomo na realização das atividades propostas, incentivando-os a criar novas possibilidades, valorizando suas conquistas, estimulando a ampliar sua autonomia também nas suas atividades cotidianas” (DENISE) .*

Após falar sobre alguns dos objetivos do trabalho desenvolvido pela área da psicomotricidade, a professora Denise ainda faz algumas considerações: *“o que se almeja é que a criança vivencie questões físicas e relacionais, não vivenciadas antes por causa da deficiência, que influenciam na aquisição da aprendizagem”*. *“(…) as crianças, muitas vezes, não tem vivências físicas satisfatórias, então se propicia a*

exploração de novas possibilidades de movimentos/locomoção, jogos simbólicos, desenvolvendo auto-estima e segurança, o aluno se autoriza a ser capaz de realizá-los” (DENISE).

Após as entrevistas com estas profissionais e mediante a observação do trabalho por elas desenvolvido, evidencia-se a realização de um trabalho de cunho educativo, com ênfase nas potencialidades das crianças e na ampliação das possibilidades dos alunos frente as suas “limitações”, respeitando o ritmo de cada um.

4.5 A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS ATENDIDOS NO CEIA

Semestralmente o CEIA entra em contato com a equipe diretiva da escola regular de origem do aluno para agendar a devolutiva, este é o nome dado ao momento de avaliação realizada pelos professores do CEIA. Esta devolutiva é realizada com intuito de passar as observações feitas dos alunos durante as atividades/intervenções realizadas pelo profissional do CEIA. Geralmente, neste momento se faz presente a diretora da escola regular, no caso da escola municipal de Educação Infantil, a professora da SRM, se houver, e está sendo solicitada a presença do professor de sala de aula que trabalha diretamente com o aluno a fim de que possam ser realizadas trocas em relação aos saberes, avanços e pontos que ainda precisam ser ampliados em relação ao desenvolvimento do aluno.

4.6 ALUNOS DA REDE MUNICIPAL MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDIDOS NO CEIA

Tendo como base, os dados coletados junto ao Centro de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade, organizou-se a seguinte tabela com os alunos¹³ público-alvo da educação especial matriculados na rede de Educação Infantil atendidos pelo CEIA.

¹³ Para a sistematização dos dados referentes aos alunos matriculados na rede municipal de Educação Infantil atendidos no CEIA, foram considerados os alunos público-alvo da educação especial, segundo o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP 2008). São eles: “Alunos com deficiência de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; Alunos com transtornos globais do desenvolvimento, alunos com altas habilidades/superdotação”.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	FAIXA ETÁRIA 3-5	DEFICIÊNCIA AUDITIVA	DEFICIÊNCIA VISUAL	DEFICIÊNCIA FÍSICA	PARALISIA CEREBRAL	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	DEFICIÊNCIA MULTIPLA	TGD	ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDIDOS NO CEIA	
									ABRIL 2012	
TOTAL										
EMEI G. M.	02	-	-	-	-	-	02	-	02	
EMEI O.	01	-	-	-	-	01	-	-	01	
EMEI V. B.	01	-	-	01	-	-	-	-	01	
EMEI V.P.	01	01	-	-	-	-	-	-	01	
EMEI P.P.	03	-	-	-	02	-	01	-	03	
EMEI B.F	01 FAZENDO EXAMES	-	-	-	-	-	-	-	01	
EMEI V.A	01	-	-	-	-	-	-	01	01	
EMEI T.	01	-	-	-	-	-	01	-	01	
TOTAL GERAL	-	01	00	01	02	01	03	01	11	

Quadro 4 – Alunos da Educação Infantil atendidos pelo CEIA

Fonte: Estatística¹⁴ – CEIA: dados gerais dos alunos (março e abril 2012).

Com base nos dados coletados junto à Secretaria Municipal de Educação, a rede de ensino de Educação Infantil possui atualmente 35 alunos público-alvo da Educação Especial matriculados em EMEIs. Conforme o quadro acima, observa-se que apenas 31% desses alunos matriculados na rede de Educação Infantil estão em atendimento no CEIA. Os alunos atendidos nas 4 Salas de Recursos Multifuncionais totalizam 37% dos 35 alunos matriculados na rede de Educação Infantil. Os dados mostram que 32% dos alunos público-alvo da educação especial matriculados nas EMEIs não estão sendo atendidos nem pelo CEIA e nem pelas 4 Salas de Recursos Multifuncionais.

Com se pode observar, o Centro analisado está em um processo no que se refere à oferta do Atendimento Educacional Especializado. Pretendeu-se descrever o funcionamento deste Centro municipal, relatando como os alunos da Educação

¹⁴ A estatística é um documento interno do centro municipal (CEIA) que foi obtido durante a coleta de dados. A partir dos dados do quadro 4 acima foi criada por mim.

Infantil são encaminhados, quais atendimentos são oferecidos e quais os profissionais estão oferecendo o Atendimento Educacional Especializado no CEIA aos alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede de educação Infantil no município de Canoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou conhecer o trabalho desenvolvido no Centro de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade-CEIA, bem como a oferta de atendimento deste centro aos alunos da Educação Infantil da Rede municipal de Ensino de Canoas-RS.

Em relação à Educação Infantil, gostaria de ressaltar a importância de um olhar atento à primeira etapa da educação básica, pois, muitos alunos iniciam sua vida escolar na Educação Infantil. Entendo que na escola Infantil realiza-se um trabalho de base em relação a muitas questões do desenvolvimento infantil (físico, intelectual, social, afetivo).

A partir dessas premissas, procuro apresentar a seguir algumas possíveis conclusões após a construção desta monografia.

Pensando a Educação Especial como modalidade de ensino que adentra a sala de aula em todos os níveis da Educação Básica e da Educação Superior, e pensando no desafio e na necessidade da realização de um trabalho educacional que favoreça a inclusão escolar, reconheço a importância fundamental de uma rede de apoio ao aluno com deficiência. A partir da coleta de dados desta pesquisa, evidencia-se a necessidade de maior interlocução entre os departamentos existentes na Secretaria Municipal de Educação (SME), bem como entre a SME, o CEIA, as Salas de Recursos e as Escolas Municipais de Educação Infantil. Com base nos dados coletados, ao longo da pesquisa e mediante a todos os serviços oferecidos pelo CEIA, observa-se que ainda existem alunos matriculados na rede de Educação Infantil que estão sem atendimento no CEIA e/ou nas Salas de Recursos.

Em relação à oferta do AEE, dessa rede municipal de educação como um todo, reitera-se que a ampliação dos serviços especializados por meio da implementação das SRM presentes no Ensino Fundamental não ocorreu em modo semelhante na Educação Infantil. Ao fazer este destaque, reconheço a necessidade de investimento e qualificação da oferta deste serviço especializado aos alunos público-alvo da educação especial matriculados na Escola Infantil.

Outra constatação refere-se à importância de investimento na formação de professores. Dentre os professores que atuam no atendimento oferecido no CEIA, há apenas um com formação específica dirigida à Educação Infantil. O referido

profissional possui graduação em Pedagogia nas Séries Iniciais e na Educação Infantil, além de especialização em Psicopedagogia. Atua na assessoria às escolas de Ensino Fundamental quanto as Escolas de Educação Infantil e no atendimento psicopedagógico aos alunos no CEIA. Portanto a limitação na oferta do atendimento está em sintonia com a incipiente formação dos profissionais para o trabalho com essa etapa da infância. Na Educação Infantil a demanda de inclusão vem crescendo a cada ano. Em quase todas as escolas de Educação Infantil temos alunos com deficiências. Na prática educativa vemos o desafio que esse alunado traz ao universo escolar. Neste movimento, reconheço a importância da estimulação e intervenção precoce, além das parcerias que devem ser estabelecidas com os demais profissionais que atendem estes alunos, por exemplo, os terapeutas ou clínicos.

Com a realização deste estudo espera-se ter contribuído para a reflexão das práticas existentes, bem como que este auxilie na ampliação da pesquisa sobre a oferta de serviços especializados à Educação Infantil. Há de ser ter um olhar diferenciado, atento a esta etapa da educação tão importante na formação da criança, ainda mais relacionada à área da educação especial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. O Direito das Crianças à Educação Infantil. **Pro-posições**. Campinas, v. 14, n.3 (42), p.13-24, set./dez. 2003.

ACOSTA, Neiva Marta Bartzen. **Políticas públicas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**: o caso da rede municipal de Canoas - RS. Dissertação (mestrado em Educação). Centro Universitário La Salle, Canoas, 2011. Orientação: Prof. Dr. Miguel Alfredo Orth.

BAPTISTA, Cláudio Roberto (org). **Inclusão e Escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BENINCASA, Melina Chassot. Educação especial e educação infantil: uma análise de serviços especializados no Município de Porto Alegre. Orientador: Claudio Roberto Baptista. **Dissertação** (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Congresso Nacional. **Estatuto da criança e do Adolescente**. Lei n/ 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

_____. Congresso Nacional. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br> Acessado entre junho e julho de 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CBE nº 02/2001**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001.

_____. **IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430460#<> Acessado entre 07 e 14 de julho de 2012.

_____. **IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43>. Acessado entre 07 e 14 de julho de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acessado entre 07 e 14 de julho de 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, SEESP, 2008.

_____. Congresso Nacional. **Decreto executivo nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado na educação. Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009** apud Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CBE 4/2009.** Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, na modalidade educação especial. Diário oficial da União. Brasília de 05 de outubro de 2009a.

CANOAS, Prefeitura de. **Decreto n. 1.243**, de 14 de dezembro de 2009. Canoas, 2009b.

_____. **Estado da Cidade:** um retrato de Canoas. Prefeitura de Canoas; Instituto Canoas XIX. Canoas, Secretaria Especial de Comunicação, 2011. 130 p.

FONSECA, João Pedro da. **A Educação Infantil:** Tempo e Espaços Educativos. In: Educação Básica: Políticas, Legislação e Gestão: Leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

JESUS, Denise M de; ALVES, Edson Pantaleão. Serviços Educacionais Especializados: Desafios à Formação Inicial e Continuada, In: CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise M. de; BAPTISTA, Claudio Roberto. **Professores e Educação Especial:** formação de professores em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História Deficiência e Educação Especial. Reflexões desenvolvidas na Tese de doutorado: **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental.** Unimep, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Bases Teórico-Methodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. 2.ed. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**, v. 4. Porto Alegre: Faculdade Integrada Ritter dos Reis, 2001.

VASQUES, C.K. **A História de um Olhar**: a escola, a clínica e a função constitutiva da educação. In: VASQUES, Carla K.; SCHILICKMANN, Maria Sirlene; CAMPOS, Rosania. (Org.) Educação e infância: múltiplos olhares, outras leituras. Ijuí: UNIJUÍ, 2009, p.99-110

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS

Aluna: Cátia Soares Bonneau
Orientador: Professor Dr. Claudio Roberto Baptista

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Trata-se de termo relativo à construção da monografia de final de curso intitulada: **o Atendimento Educacional Especializado oferecido à educação infantil no município de Canoas-Rs: análise de um centro de atendimento**, com objetivo de analisar e descrever a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dirigida aos alunos matriculados na Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Canoas-RS, com ênfase no trabalho desenvolvido em um centro de atendimento municipal.

Solicita-se aos participantes a leitura, e, em caso de concordância, a assinatura deste “Termo” para que se resguarde a ética e se preservem seus direitos legais.

É dada a liberdade de colaborar, de não participar ou desistir a qualquer momento deste estudo, não havendo nenhuma alteração ou prejuízo presente ou futuro. Todas as informações obtidas durante a coleta de dados (imagens, entrevistas, conversas e observações) serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para cumprir os objetivos deste projeto de pesquisa. Tais dados estarão sempre sobre sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

Eu, _____, estou ciente e de acordo com os termos acima apresentados para a realização da entrevista.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Cátia Soares Bonneau

Porto Alegre, ____ de _____ de 2012.